Saneamento básico

(Não Assinado)

Na área de saneamento, o Brasil está no mesmo patamar de Paris ou Londres do fim do século 19. “Dos 140 milhões de brasileiros que vivem em áreas urbanas, só 5% são atendidos pelo setor privado na área de água e esgoto. Os demais pagam por empresas estaduais (80%) e serviços prestados por municípios (15%)”. A declaração é do presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), o engenheiro civil Yves Besse. De acordo com ele, cerca de 60% do esgoto produzido nas cidades brasileiras, por mais de 90 milhões de pessoas, são despejados em rios ou absorvidos pelo solo.

No final de novembro, o Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) divulgou a pesquisa ‘Trata Brasil: Saneamento e Saúde’. O estudo traça um retrato completo do secular atraso na oferta de esgoto no País, analisando suas causas e conseqüências. E mostra que a falta de saneamento básico é uma questão que deveria ter sido resolvida no século passado e que, atualmente, atinge 47% da população brasileira, sendo as crianças entre 1 e 6 anos as principais vítimas. Ao passo atual, a universalização do acesso ao esgoto tratado só acontecerá por volta do aniversário de 300 anos da independência do Brasil, em 2122. Se projetarmos o que houve nos últimos 14 anos para frente, demorará cerca de 56 anos para o déficit de acesso ao esgoto tratado chegar à metade.

De acordo com a pesquisa, o nível e a velocidade de expansão do saneamento básico têm sido inferiores à oferta de outros serviços públicos, como rede geral de água, coleta de lixo e eletricidade. O acesso da população ao saneamento básico é inferior não só na quantidade, mas na qualidade, se comparado aos demais serviços públicos.